



Mulher é presa suspeita por estelionato em Ferros

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) em Ferros, região Central do estado, cumpriu mandado de prisão preventiva expedido contra uma mulher suspeita por estelionato. Conforme apurado, ela se aproveitava da boa-fé e humildade das vítimas para induzi-las a realizar empréstimos bancários. Os prejuízos às vítimas ultrapassam a soma de R\$60 mil.

Além dos empréstimos, a suspeita ainda convencia as vítimas de entregar-lhe documentos, os quais eram utilizados para abrir contas e realizar movimentações financeiras, causando consideráveis prejuízos patrimoniais. Para isso, a investigada dizia que receberia uma grande quantia em dinheiro referente a uma herança, e que o valor seria repassado para as vítimas.

As investigações apontam ainda que a mulher utilizava contas falsas, criadas em aplicativo de mensagens, passando-se por juízes de Direito, gerentes de banco e advogados. Além disso, ela teria falsificado um documento, como se tivesse sido emitido pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o objetivo de fazer as vítimas acreditarem que seria necessário o repasse dos valores para ela.

Segundo o delegado responsável pela investigação, Diogo Luna Moureira, "o grau de crueldade e perversidade da investigada é de tal monta que ela chegou a entregar às vítimas uma maleta de notebook, trancada com um cadeado, com as inscrições BB 14-08 e 13-08, dizendo que nesse malote havia R\$100 mil, mas que não poderiam abri-la". Conforme as instruções da suspeita, a mala só poderia ser aberta quando as vítimas recebessem autorização, a qual seria repassada por meio dos supostos perfis de juízes de Direito.

As vítimas levaram a maleta à Delegacia de Polícia, a qual foi aberta e encontrada, em seu interior, cinco livros. As vítimas idosas estão sem receber os seus rendimentos desde o meio do ano, já que todo o valor é sacado pela investigada, incluindo os benefícios pagos este mês.

Diante dos fatos, a PCMG representou pela prisão preventiva da mulher, sendo o pedido deferido pelo Poder Judiciário.